



OP-038NV-20
CÓD: 7891182039901

TUNÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Professor Ensino Fundamental - Séries Iniciais

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2020

Legislação

1. Lei Orgânica Municipal	01
2. Lei do Sistema Municipal de Ensino	21
3. Lei nº 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	29
4. Lei nº 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	64
5. Lei nº 13.005/14 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências	83
6. Constituição Federal 1988: Título VIII - Capítulo III Seção I - Da Educação – artigos 205 ao 214. Seção II - Da Cultura – artigos 215 ao 216-A	98
7. Lei nº 13.146/15 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Capítulo IV - Do Direito à Educação - Artigos 27 ao 30	111
8. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	127

Conhecimentos Gerais

1. Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município	01
2. Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município	161

Conhecimentos Específicos Professor Ensino Fundamental - Séries Iniciais

1. Bncc (Base Nacional Comum Curricular)	01
2. Alfabetização No Método Fonético Currículo No Ciclo De Alfabetização: Princípios Gerais, Concepções De Alfabetização: O Que Ensinar No Ciclo De Alfabetização, Direitos De Aprendizagem No Ciclo De Alfabetização, O Acompanhamento Da Aprendizagem Das Crianças: Sugestão De Instrumento De Registro Da Aprendizagem Planejamento Do Ensino: Alfabetização E Ensino/Aprendizagem Do Componente Curricular Língua Portuguesa.as Rotinas Da Escola E Da Sala De Aula: Referências Para A Organização Do Trabalho Do Professor Alfabetizador. A Escrita Alfabética: Por Que Ela É Um Sistema Notacional E Não Um Código? Como As Crianças Dela Se Apropriam? O Ensino Do Sistema De Escrita Alfabética: Por Que Vale A Pena Promover Algumas Habilidades De Consciência Fonológica?. Os Diferentes Textos A Serviço Da Perspectiva Do Alfabetizar Letrando. Relatando Experiências: A Diversidade Textual Em Sala De Aula. Heterogeneidade E Direitos De Aprendizagem Na Alfabetização: Os Diferentes Percursos Dos Estudantes Ciclo De Alfabetização E Progressão Escolar	17
3. Avaliação E Organização Do Trabalho Docente: A Importância Dos Registros.	41
4. Planejando O Ensino Para Todos: Diversificação No Trabalho Docente	49
5. Ampliando Um Pouco Mais O Trabalho: Os Diversos Textos E Suas Relações Com As Áreas De Conhecimento	54

LEGISLAÇÃO

1.	Lei Orgânica Municipal	01
2.	Lei do Sistema Municipal de Ensino	21
3.	Lei nº 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	29
4.	Lei nº 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	64
5.	Lei nº 13.005/14 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências	83
6.	Constituição Federal 1988: Título VIII - Capítulo III Seção I - Da Educação – artigos 205 ao 214. Seção II - Da Cultura – artigos 215 ao 216-A	98
7.	Lei nº 13.146/15 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Capítulo IV - Do Direito à Educação - Artigos 27 ao 30	111
8.	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	127

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS - SC**

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I
DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Município de Tunápolis, parte integrante da República Federativa do Brasil e Estado de Santa Catarina, organiza-se autônomo em tudo que respeite seu peculiar interesse, regendo-se por esta Lei Orgânica e demais Leis que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º Os limites do território do Município só podem ser alterados na forma estabelecida na Constituição Estadual.

Parágrafo único. A criação, organização e supressão de distritos e sub-distritos compete ao Município, observada a legislação estadual.

Art. 3º São símbolos do Município de Tunápolis, o Brasão, a Bandeira e o Hino do Município.

Parágrafo único. O Dia 26 de Abril é a data magna do Município.

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO
SEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 4º Ao Município de Tunápolis, no exercício da sua autonomia, compete:

I - organizar administrativamente, observados a Legislação Federal e Estadual;

II - elaborar os Planos Plurianuais, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência;

IV - arrecadar e aplicar as rendas que lhe pertencem na forma da Lei;

V - organizar e prestar, diretamente por concessão ou permissão, os seus serviços públicos;

VI - administrar os seus bens, adquiri-los e aliena-los, aceitar legados, heranças e dispor de sua aplicação;

VII - desapropriar por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos casos previstos em Lei;

VIII - elaborar seu plano diretor, fixando normas de edificações, de loteamento, de zoneamento, bem como Diretrizes Urbanísticas convenientes a ordenação de seu território;

IX - estabelecer as servidões necessárias aos seus serviços;

X - regulamentar a utilização dos logradouros públicos;

XI - conceder e permitir os serviços de transporte coletivo, táxis e outros, fixando suas tarifas, itinerários, pontos de estacionamento e paradas;

XII - sinalizar as vias urbanas, os locais de estacionamento de veículos, os limites das zonas de silêncio e de trânsito e o tráfego em condições especiais, e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização, incumbindo-se da sua construção e conservação;

XIII - disciplinar a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XIV - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais e comerciais e similares, observadas as normas federais pertinentes;

XV - legislar sobre o serviço funerário e cemitérios, fiscalizando os que pertencem a entidades particulares;

XVI - prestar serviços de atendimento da saúde da população, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado;

XVII - manter programa de Educação Pré-Escolar e de Ensino Fundamental, com cooperação técnica e financeira do Estado e da União;

XVIII - regulamentar e fiscalizar a fixação de cartazes, anúncios, emblemas e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda;

XIX - legislar sobre a apreensão e depósito de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da Legislação Municipal, bem como sobre a forma e condições de venda das coisas e bens apreendidos;

XX - dispor sobre o registro de vacinação e captura de animais com a finalidade de erradicar a raiva e outras moléstias que possam ser portadores ou transmissores;

XXI - constituir Guarda Municipal e através da Lei Complementar estabelecer a organização e competência na proteção dos bens, serviços e instalações municipais;

XXII - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observando a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual;

XXIII - estabelecer e impor penalidade por infração de suas Leis, suplementar a Legislação Federal e Estadual no que couber;

XXIV - quanto aos estabelecimentos industriais, comerciais e similares:

a) conceder ou renovar licença para instalação, localização e funcionamento;

b) revogar a licença daqueles cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem estar, à recreação, ao sossego público e aos bons costumes;

c) promover o fechamento daqueles que funcionarem sem licença ou em desacordo com a Lei.

SEÇÃO II
DA COMPETENCIA COMUM

Art. 5º Ao município de Tunápolis compete, em comum com a União e com o Estado, observadas as normas de cooperação fixadas em Lei Complementar:

I - zelar pela guarda da Constituição, das Leis e das Instituições Democráticas e conservar o Patrimônio Público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e as paisagens naturais notáveis;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - incentivar a produção Agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construções de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

**SEÇÃO III
DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR**

Art. 6º Ao Município compete suplementar a Legislação Federal e Estadual no que couber, e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse.

Parágrafo único. A competência prevista neste artigo será exercida em relação às Legislações Federais e Estaduais, no que digam respeito ao peculiar interesse municipal, visando adaptá-las a realidade local.

**CAPÍTULO III
DAS VEDAÇÕES**

Art. 7º Ao Município é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com elas ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada na forma da Lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV - subvencionar ou auxiliar de qualquer modo, com recursos pertencentes ao cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de auto-falante ou qualquer meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

V - manter a publicação de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

**TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO
SEÇÃO I
DA CAMARA MUNICIPAL**

Art. 8º O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, eleitos através de sistema proporcional, dentre cidadãos maiores de 18 anos, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e secreto.

§ 1º Cada Legislatura terá a duração de quatro anos, dividida em quatro sessões legislativas.

§ 2º O número de Vereadores a Câmara Municipal será proporcional à população do município de Tunápolis, observados os limites estabelecidos na Constituição da República.

§ 3º O número de Vereadores, será fixado mediante decreto legislativo, até o final da sessão legislativa do ano que anteceder às eleições.

Art. 9º Cabe a Câmara, com sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e especialmente:

I - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a Legislação Federal e Estadual;

II - legislar sobre tributos municipais, bem como, autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

III - votar o orçamento anual, os planos plurianuais, a lei de diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

V - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

VI - autorizar a concessão de serviços públicos;

VII - autorizar a concessão do direito real do uso de bens municipais;

VIII - autorizar a concessão administrativa do uso de bens municipais;

IX - autorizar a alienação de bens imóveis;

X - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

XI - dispor sobre a criação, organização e supressão de distritos e sub-distritos, mediante prévia consulta plebiscitária;

XII - criar, alterar e extinguir cargos públicos, fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos servidores da Câmara;

XIII - aprovar o plano diretor;

XIV - autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros municípios;

XV - delimitar o perímetro urbano;

XVI - autorizar a alteração da denominação de vias e logradouros públicos;

XVII - exercer, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, a fiscalização financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Município;

Art. 10 À Câmara compete, privativamente, as seguintes atribuições:

I - eleger sua Mesa, bem como destituí-la na forma regimental;

II - elaborar o Regime Interno;

III - organizar os seus serviços administrativos;

IV - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;

V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;

VI - autorizar o Prefeito, por necessidade de serviço, ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias;

VII - fixar o subsídio dos Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais;

VIII - criar comissões especiais de inquérito, sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, sempre que o requer pelo menos um terço de seus membros;

IX - solicitar informações ao Prefeito Municipal sobre assuntos referentes à Administração;

X - convocar os Secretários Municipais para prestar informações sobre matéria de sua competência;

XI - autorizar referendo e plebiscito;

XII - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores nos casos previstos em Lei;

XIII - decidir sobre a perda do Mandato de Vereador, por voto secreto e maioria absoluta nas hipóteses previstas no Inciso I, II, e IV, do artigo 17, mediante provocação da Mesa Diretora ou de Partido Político representado na sessão.

§ 1º A Câmara Municipal delibera, mediante resolução sobre assuntos de sua economia interna e dos demais casos de sua competência privativa, por meio de Decreto Legislativo.

§ 2º É fixado em quinze dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelo Poder Legislativo na forma do disposto na presente Lei.

§ 3º O não atendimento ao prazo estipulado no parágrafo anterior faculta ao Presidente da Câmara solicitar, na conformidade da Legislação Federal, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a Legislação.

Art. 11 Cabe, ainda a Câmara, conceder título do Cidadão Honorário à pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços ao Município, mediante Decreto Legislativo, aprovado pelo voto de, dois terços de seus membros.

**SEÇÃO II
DOS VEREADORES**

Art. 12 No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º (primeiro) de janeiro, em solene instalação, independente do número, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

§ 1º O Vereador que não tomar posse, na sessão prevista neste artigo, deverão fazê-lo no prazo de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 2º No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se.

§ 3º - Na mesma ocasião, e ao término do mandato, deverão fazer declaração de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, constando de Ata o seu resumo.

Art. 13 O Vereador será remunerado exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação, ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI da Constituição Federal, e demais limites estabelecidos pela legislação federal.

Art. 14 Não perdera o mandato o Vereador:

I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, do Município, ou chefe de missão diplomática, ou de caráter cultural;

II - licenciado pela câmara de vereadores por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse a cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

§ 2º O Vereador licenciado por motivo de saúde terá assegurada a sua remuneração.

Art. 15 Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato na circunscrição do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 16 O Vereador não poderá:

I - desde a expedição do diploma;

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível “ad nutum”, nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exerça função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível “ad nutum”, nas entidades referidas no Inciso I, “a”;

c) patrocinar causa em que seja interessada das entidades a que refere o Inciso I, “a”;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo federal, estadual ou municipal.

Art. 17 Perdera o mandato o vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro Parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada período legislativo, a terça parte das sessões ordinárias da Casa, ou três sessões ordinárias consecutivas, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI - que sofre condenação criminal em sentença definitiva e irrecorrível, cuja pena for superior a dois anos.

Parágrafo único. É incompatível com o decoro parlamentar além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas à membro da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas.

Art. 18 No caso de vaga ou licença de Vereador superior a trinta dias, o Presidente convocará imediatamente o suplente.

Parágrafo único. O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

**SESÃO III
DA MESA DA CAMARA**

Art. 19 Imediatamente depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais votado dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

Parágrafo único. Não havendo número legal, o vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa.

Art. 20 A eleição dos membros da mesa far-se-á sempre na última sessão ordinária de cada sessão legislativa, ficando automaticamente empossados os eleitos.

Parágrafo único. O regimento disporá sobre a forma de eleição e a composição da Mesa.

Art. 21 O mandato dos membros da Mesa será de um ano, vedada a reeleição de qualquer de seus membros para o mesmo cargo no mandato subsequente.

Parágrafo único. Qualquer componente da Mesa, poderá ser destituído, pelo voto de dois terços dos membros da câmara quando faltoso, omissos ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro vereador para complementar o mandato.

Art. 22 A Mesa, dentre outras atribuições, compete:

I - propor projetos de lei que criem ou extingam cargos dos serviços da câmara e fixem os respectivos vencimentos;

II - elaborar e expedir, mediante ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da câmara, bem como alterá-las, quando necessário;

III - apresentar projetos de Lei disposto sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação da câmara;

IV - suplementar, mediante ato, as dotações do Orçamento da Câmara, observado o limite da autorização constante da Lei Orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

V - devolver à tesouraria da prefeitura, o saldo de caixa existente na câmara ao final do exercício;

VI - enviar ao Prefeito, até o dia primeiro de março, as contas do exercício anterior;

VII - nomear, promover, comissionar conceder gratificações, licenças, por em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários ou servidores da Secretaria da Câmara Municipal, nos termos da lei;

VIII - declarar a perda do mandato de Vereador nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica conforme o artigo 1º e na Legislação Federal aplicável.

Art. 23 Ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, compete:

I - Representar a Câmara em juízo e fora dele;
 II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos;
 III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
 IV - promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as Leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário;

V - fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;

VI - declarar a perda do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em Lei, salvo as hipóteses dos Incisos III e V, do artigo 17, desta lei;

VII - requisitar o numerário destinado as despesas da Câmara e aplicar as disponibilidades financeiras no mercado de capitais;

VIII - apresentar ao plenário, até o dia quinze de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e as despesas do mês anterior;

IX - representar sobre a inconstitucionalidade da Lei ou ato municipal;

X - solicitar a intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição do Estado;

XI - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim.

Art. 24 O Presidente da Câmara ou seu substituto só terá voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;

III - quando houver empate em qualquer votação no plenário;

IV - nas votações secretas.

Parágrafo único. O voto será sempre publico nas deliberações da Câmara, exceto nos seguintes casos:

a) na eleição dos membros da mesa, bem como no preenchimento de qualquer vaga;

b) na votação de decreto legislativo para concessão de qualquer honraria;

c) na votação de veto aposto pelo Prefeito.

SEÇÃO IV

DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 25 Ao Vice-Prefeito compete, além das atribuições contidas no regimento interno, as seguintes:

I - substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências impedimentos ou licenças;

II - promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;

III - promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo, sob pena de perda do mandato de membro da Mesa.

SEÇÃO V

DO SECRETARIO DA MESA DIRETORA

Art. 26 Ao Secretario compete, além das atribuições contidas no Regimento Interno, as seguintes:

I - redigir as atas das sessões secretas e das reuniões da Mesa;

II - acompanhar e supervisionar a redação das atas das demais sessões;

III - fazer a chamada dos vereadores;

IV - registrar em livro próprio, os procedentes firmados na aplicação do Regimento Interno;

V - fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

VI - substituir os demais membros da Mesa, quando necessário.

SEÇÃO VI

DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINARIA

Art. 27 Independente de convocação, o período legislativo anual desenvolve-se de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 01 de agosto a 22 de dezembro.

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes e secretas, conforme dispuser o seu Regimento Interno, e as remunerara de acordo com o estabelecido na Legislação específica.

Art. 28 As sessões da Câmara serão publicadas, salvo deliberação em contrario, tomada pela maioria de dois terços de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

Art. 29 As sessões só poderão ser abertas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

SEÇÃO VII

DA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

Art. 30 A convocação extraordinária da Câmara Municipal, far-se-á:

I - pelo Presidente da Câmara, em sessão ou fora dela, na forma regimental;

II - pelo Prefeito Municipal ou a requerimento de dois terços de seus membros, em caso de urgência ou interesse publico relevante;

III - por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Durante a sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberara exclusivamente sobre a matéria para qual foi convocada.

SEÇÃO VIII

DAS COMISSÕES

Art. 31 A Câmara terá comissões permanentes e temporárias constituídas na forma e com as características previstas no regimento interno ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º Em cada comissão será assegurada, quando for possível, representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

§ 2º As Comissões em razão da matéria de sua competência cabe:

I - Realizar audiências publicas com entidades da sociedade civil;

II - Convocar Secretários Municipais, com a aprovação do plenário para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

III - Acompanhar, junto ao governo, os atos de regulamentação velando por sua completa adequação;

IV - Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades publicas;

V - Acompanhar junto à Prefeitura a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;

VI - Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

Art. 32 As comissões especiais de inquérito terão poderes de investigação própria das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento da Casa, e serão criados pela Câmara, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso encaminhadas ao Ministério Publico, para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 1º As Comissões Especiais de Inquérito, no interesse da investigação, poderão:

a) Proceder às vistorias e os levantamentos das repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

b) Requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

c) Transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhe competirem.

§ 2º No exercício de suas atribuições poderão, ainda, as comissões especiais de inquérito, por intermédio de seu Presidente:

a) Determinar as diligências que reputarem necessárias;

b) Requerer a convocação de Secretário Municipal através de ofício redigido ao Prefeito Municipal;

c) Tomar depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

d) Proceder a verificações contábeis em livros, papeis e documentos dos órgãos da Administração Municipal.

§ 3º Durante o recesso, salvo convocação extraordinária, haverá uma comissão representativa da Câmara, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária, eleita na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento.

Art. 33 Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar ao P residente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às comissões, sobre projetos que nela se encontrem para estudo.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara enviara o pedido ao Presidente da respectiva comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração.

SEÇÃO IX DO PODER LEGISLATIVO SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 O Processo Legislativo compreende:

I - Emendas à Lei Orgânica do Município;

II - Leis Complementares;

III - Leis Ordinárias;

IV - Decretos Legislativos;

V - Resoluções;

VI - Leis Delegadas;

VII - Medidas Provisórias.

SUBSEÇÃO II DAS EMENDAS A LEI ORGANICA

Art. 35 A Lei Orgânica do Município será emendada mediante propostas:

I - do Prefeito Municipal;

II - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

III - com no mínimo de cinco por cento dos eleitores do município, observadas as suas assinaturas, número do título eleitoral e endereço de seu domicílio.

§ 1º A proposta de emenda a Lei Orgânica será votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º A emenda aprovada nos termos deste artigo será promulgada pela mesa da câmara municipal, com o respectivo número de ordem.

§ 3º A matéria constante da proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta no mesmo período legislativo.

SUBSEÇÃO III DAS LEIS

Art. 36 As Leis Complementares exigem para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo único. São Leis Complementares as concernentes às seguintes matérias e que são de iniciativa do prefeito municipal:

I - Código de Posturas Municipais;

II - Código Tributário do Município;

III - Código de Obras ou de Edificações;

IV - Plano Diretor do Município;

V - Zoneamento urbano e direitos suplementares de uso e ocupação do solo;

VI - Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 37 As Leis Ordinárias exigem, para a sua aprovação voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Art. 38 A votação e a discussão da matéria constando da ordem do dia, só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 39 A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara, e aos cidadãos, observado o disposto nesta Lei.

Art. 40 Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

I - Criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração;

II - fixação ou aumento da remuneração dos servidores;

III - Regime Jurídico, quadro de carreira, provimento dos cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;

IV - Organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

V - Criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 41 É de competência exclusiva da Câmara a iniciativa dos projetos da Lei que disponham sobre:

I - Criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos de seus serviços;

II - Fixação ou aumento da remuneração de seus servidores;

III - Organização e funcionamento dos seus serviços.

Art. 42 A iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação de 5% (cinco por cento) do eleitorado municipal.

§ 1º A proposta popular devere ser articulada, exigindo-se para seu recebimento, a identificação dos assinantes mediante indicação do número do respectivo título eleitoral.

§ 2º A tramitação dos projetos de Lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo, estabelecidas em Lei.

Art. 43 O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação dos projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado no "caput" deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na Ordem do Dia, para que se ultime sua votação, sobrepondo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, com exceção do disposto no parágrafo 4º do artigo 45.

§ 2º O prazo referido neste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara e não se aplica aos projetos de codificação.

Art. 44 O Projeto aprovado será, no prazo de 5 (cinco) dias úteis enviado pelo Presidente ao Prefeito, que concordando o sancionara e promulgara no prazo de 15(quinze) dias úteis.

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município 01
2. Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município 161

FUNDAMENTOS E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, CULTURAIS, ARTÍSTICOS, HISTÓRICOS, POLÍTICOS E GEOGRÁFICOS DO MUNDO, DO BRASIL, DE SANTA CATARINA E DO MUNICÍPIO

Cultura Geral

Cultura é um complexo que inclui necessariamente a compreensão de diversos valores morais e éticos que guiam nosso comportamento social. É estudado um grande conjunto de atividades e modos de agir, costumes e instruções de um povo.

É o meio pelo qual o homem se adapta às condições de existência transformando a realidade. Alcançar estes conhecimentos tendo como condução nossas emoções e a avaliação do outro, é um grande desafio.

A cultura é dinâmica. Como construção de ajustamento a cultura sofre modificações, traços são perdidos, outros se adicionam, em velocidades diferentes e nas diferentes sociedades, mudanças que sucedidas em uma cultura de uma determinada geração passam à geração seguinte, aonde vai se transformando, perdendo e agrupando outros aspectos buscando assim aperfeiçoar a vivência das novas gerações.

O ambiente cumpre uma ação fundamental sobre as mudanças culturais, embora não apenas isso: os homens mudam sua maneira de encarar o mundo tanto por contingências ambientais quanto por transformações da consciência social. Cada país possui a sua própria cultura, que é influenciada por múltiplos fatores.

A cultura brasileira, por exemplo, é marcada pela boa disposição e alegria, e isso reflete também na música, no caso do samba, que também faz parte da cultura brasileira. No caso da cultura portuguesa, o fado é o patrimônio musical mais famoso, que reflete uma característica do povo português (o saudosismo).

É um processo em intensa evolução, diversificação e de grande riqueza. É o desenvolvimento de um grupo social, uma nação, uma comunidade; fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais, conjunto de fenômenos materiais e ideológicos que caracterizam um grupo étnico ou uma nação (língua, costumes, rituais, culinária, vestuário, religião, etc).

A fundamental característica da cultura está no fato de os indivíduos terem sempre de responder ao meio de acordo com a mudança de hábitos, mais até que possivelmente uma evolução biológica. A cultura também é definida em ciências sociais como um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais, aprendidos de geração em geração através da vida em sociedade.

Seria a herança social da humanidade ou ainda de forma específica, uma determinada variante da herança social. É um conceito que está sempre em desenvolvimento, e com o passar do tempo ela é influenciada por novas maneiras de pensar inerentes ao desenvolvimento dos seres humanos.

Tipos e exemplos de cultura

Podemos estabelecer três tipos básicos de cultura, tomando uma concepção restrita da palavra que se refere mais ao ambiente estético e artístico do que a um conjunto de saberes coletivos. Esses tipos são:

Cultura erudita

A cultura erudita, muitas vezes utilizada como sinônimo de uma cultura muito desenvolvida esteticamente e de alto valor, é um termo que, quando empregado, pode resultar em uma visão etnocêntrica. Cultura erudita é a cultura criada por uma elite, econômica, social ou intelectual, que tenta se sobrepor aos outros tipos de cultura por meio de sua própria classificação.

Muitos elementos culturais criados pelas elites foram amplamente difundidos, sobretudo da elites europeias, muitas vezes de grande desenvolvimento técnico, como a música erudita barroca e clássica, a ópera, a pintura e a escultura renascentista etc. Dessa feita, podemos elencar como exemplos mais específicos as óperas do compositor alemão Richard Wagner, como Tristão e Isolda ou O Anel dos Nibelungos; as pinturas de Caravaggio; as peças musicais de Bach, de Vivaldi ou a ópera de Bizet.

Cultura popular

É a expressão cultural geral de um povo que, em muitos casos, em especial em países como o Brasil, está fora do eixo erudito, por ser uma manifestação popular criada por povos marginais, ou seja, que estão à margem da sociedade, fora das elites.

Se pensarmos no Brasil, temos uma vasta e rica cultura nordestina, nortista, sertaneja e indígena e, nos centros urbanos, das periferias e favelas, as quais não se enquadram ao padrão erudito, pois a nossa “erudição cultural” importou padrões essencialmente europeus.

Tomemos, como exemplos, a cultura indígena; o cordel nordestino; a literatura de Ariano Suassuna (de uma estética linguística erudita, no sentido de rebuscada, mas partindo de elementos da cultura nordestina); a música sertaneja de raiz; o samba, que foi rechaçado pela cultura erudita por muito tempo por ter surgido como expressão cultural dos negros, descendentes de escravos e favelados; o rap brasileiro e o funk carioca autêntico (o funk carioca de origem, sem a interferência da indústria cultural), que hoje passam pela mesma discriminação que o samba sofreu no início do século XX.

Essas mudanças de visão demonstram que os padrões culturais e estéticos mudam ao longo do tempo. O mesmo aconteceu com o jazz, nos Estados Unidos, que era visto como uma cultura inferior por ter suas raízes fincadas nos negros escravizados, mas hoje possui o status de cultura erudita.

Teodor Adorno, por exemplo, que, além de filósofo, era músico, considerava o jazz uma degeneração musical dançante, fruto da cultura de massa, pois fugia do padrão estético da cultura erudita europeia da qual Adorno utilizava como padrão de medida.

Cultura de massa

A cultura de massa é diferente da cultura popular e da cultura erudita, mas pode mesclar elementos de ambas. A cultura de massa não é uma manifestação cultural autêntica criada por um povo ou por uma elite intelectual, mas é um produto da indústria cultural, que visa a atender as normas do mercado e fazer da cultura e da arte um negócio lucrativo, produzindo e vendendo elementos culturais como se fossem objetos que as pessoas desejam comprar.

O principal eixo produtor e disseminador dos padrões culturais massificados hoje é os Estados Unidos, que importa os seus produtos culturais para vários países globalizados, que assimilam aqueles produtos como uma cultura autêntica.

Cultura Nacional

Nós, brasileiros, somos parte de um enorme grupo que compartilha uma determinada cultura e, dentro desse grupo, há outros grupos, menores, que compartilham outras culturas. Ou seja, há certas características comuns a todos os brasileiros, porém, cada povo dentro do Brasil compartilha outras características particulares. Descomplicando isso tudo, o que se quer dizer é que paulistas, baianos, cearenses, gaúchos, cariocas, todos nós somos brasileiros e compartilhamos costumes e valores comuns como, por exemplo, a nossa receptividade. No entanto, há características particulares dentro de cada um desses grupos. Por exemplo: o funk, apesar de ser escutado e dançado em muitas partes do país, é uma particula-

ridade dos imaginários culturais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ainda assim, o mesmo funk, por vezes, tem características diferentes em cada um desses estados. Indo direto ao ponto: o Brasil, como o grande país que é, tem uma diversidade cultural tão extensa quanto seu tamanho.

É importante, ou melhor, é imprescindível sabermos a razão dessa diversidade toda. A razão está na formação da nossa cultura, que se divide em quatro momentos. São eles: o período da colonização, o período da independência política do Brasil para com a sua metrópole, o período da república e o período que vivemos atualmente, o da globalização.

Durante a colonização, nossa nação começa a dar os primeiros passos, pelo menos em termos de formação cultural. Foi nesse momento que houve o primeiro contato de três povos muito diferentes, responsáveis pelo nosso hibridismo cultural: os europeus, os indígenas e os africanos. É importante lembrar que esses termos são uma generalização e que eles englobam diversos povos africanos e indígenas e, por isso, quando os usamos, não estamos falando de uma unidade cultural oriunda da África e das tribos que aqui havia, mas de uma pluralidade imensa. Além disso, quando mencionamos os europeus, estamos falando não só dos portugueses, mas também de outras nacionalidades que aqui estiveram por tanto tempo, como os holandeses. O que isso tudo significa? A nossa cultura já começa sendo formada pela mistura de várias outras. Por isso, hoje, somos um país cheio de religiões, estilos musicais, danças... Você não pode deixar de levar isso em consideração caso o tema da redação esteja relacionado a isso.

O segundo momento que mencionamos, junto ao terceiro, também é de extrema importância. Na independência do Brasil começamos, timidamente, a buscar a nossa independência cultural da Europa, já que, desde o século XVI, éramos reprodutores de tudo o que a nossa metrópole criava. Foi nesse momento que o romantismo começou a ser patrocinado aqui no Brasil, como uma tentativa de produção nacional, se tornando o primeiro passo da nossa emancipação cultural. O terceiro momento, a república, foi um grito de liberdade ainda maior. Na época, com tudo o que acontecia dentro e fora do país, a tendência era, cada vez mais, produzir coisas nossas. Nesse período, surgiu o modernismo, que veio pra mostrar como é o Brasil e pra provar que o povo brasileiro podia ser tema da nossa própria arte. (Vale lembrar que, nesse momento, os Estados Unidos da América já tinham virado o jogo e, assim como a Europa, também exportava novidades artísticas, sendo outro foco do nosso desejo de emancipação.).

O quarto momento que temos de analisar é um pouco mais simples de entendermos, já que está tão próximo de nós: a globalização. Através do avanço dos meios de comunicação, da ampla utilização da internet, de computadores, e a facilidade com que a informação circula no mundo todo, temos a sensação de que o mundo está mais dinâmico e próximo. Por conta de toda essa facilidade, é comum que haja um diálogo maior entre as culturas. Por isso temos a sensação de que nossos valores e costumes são cada vez mais iguais. Porém, as coisas não são assim como imaginamos. Esse diálogo não ocorre de forma homogênea, sendo assim, não podemos considerar que a mistura de culturas que a globalização possibilitou foi igualitária. O que queremos dizer com isso? Na verdade, com a globalização, o imperialismo cultural que sofríamos da Europa não se findou, mas passou a ser um imperialismo oriundo dos EUA. Trocamos, apenas, de metrópole. O mundo todo passou pelo mesmo processo.

Cultura brasileira

A cultura brasileira é rica e diversa, o que se explica pela formação geográfica e histórica do país. Indígenas, africanos e portugueses contribuíram muito para essa construção.

A cultura brasileira, assim como a formação étnica do povo brasileiro, é vasta e diversa. Nossos hábitos culturais receberam elementos e influências de povos indígenas, africanos, portugueses, espanhóis, italianos e japoneses, entre outros, devido à colonização, à imigração e aos povos que já habitavam aqui.

São elementos característicos da cultura brasileira a música popular, a literatura, a culinária, as festas tradicionais nacionais, como o Carnaval, e as festas tradicionais locais, como as Cavalhadas de Pirenópolis, em Goiás, e o Festival de Parintins, no Amazonas.

A religião, como elemento cultural, também sofreu miscigenação, formando o que chamamos de sincretismo religioso. O sincretismo religioso brasileiro reúne elementos do candomblé, do cristianismo e das religiões indígenas, formando uma concepção religiosa plural.

Como a cultura brasileira nasceu?

Podemos dizer que os elementos mais antigos da cultura genuinamente brasileira remontam aos povos indígenas que já habitavam o território de nosso país antes da chegada dos portugueses em 1500. Donos de uma cultura extensa, os povos nativos mantinham as suas crenças e praticavam seus elementos culturais aliados a um modo de vida simples e em contato com a natureza.

Com a chegada dos portugueses e o início da colonização, a cultura europeia foi introduzida, à força, nos povos indígenas, e as missões da Companhia de Jesus (formadas por padres jesuítas) vieram para o Brasil com o intuito de catequizar os índios.

No século XVII, devido ao grande número de engenhos de cana-de-açúcar, os europeus começaram a capturar e trazer os negros africanos, à força, para o Brasil, como escravos. Esses, tiranicamente escravizados, trouxeram consigo elementos da sua cultura e de seus hábitos, como as religiões de matriz africana, a sua culinária e seus instrumentos musicais.

No século XIX, o Brasil vivenciou mais um processo migratório composto por trabalhadores italianos que vieram trabalhar nas lavouras de café, quando os primeiros indícios da abolição da escravidão já apontavam no governo brasileiro. Outros grandes fluxos migratórios significativos aconteceram durante a Segunda Guerra Mundial, quando japoneses, alemães e judeus buscaram refúgio em terras brasileiras.

Toda essa vastidão de povos provocou a formação de uma cultura plural e de culturas diferentes. As diferenças geográficas também contribuíram para que o processo cultural brasileiro se tornasse plural e diversificado.

Se considerarmos como exemplo a música sertaneja de raiz, encontramos nela elementos que remetem à vida no campo. Já o funk carioca fala da vida nas favelas, de onde ele surgiu. A literatura de cordel, por sua vez, trata de temas recorrentes ao sertanejo nordestino, enquanto os elementos da vida gaúcha tratam da vida dos povos que se estabeleceram no Sul do país, sob influência de alemães e argentinos.

Hábitos e costumes

Os costumes brasileiros são variados. Tratando de termos morais, a nossa influência toma como base, principalmente, a moral judaico-cristã. O cristianismo constitui a maior influência para a formação de nosso povo, principalmente pela vertente católica, que compõe o maior grupo religioso brasileiro. Também sofremos influências morais de outros povos que vieram para o Brasil por meio dos fluxos migratórios, como os africanos.

A diversidade de hábitos e costumes morais também se deu por conta dos regionalismos que foram surgindo ao longo do tempo. Por possuir um território de proporções continentais, o Brasil viu, ao longo de sua história, o desenvolvimento de diferentes vertentes culturais, devido às diferenças geográficas que separam o território.

Pensando em termos culinários (a culinária é um valioso elemento cultural de um povo), temos pratos típicos e ingredientes que provêm da cultura indígena, dos estados nordestinos e do Centro-Oeste brasileiro, por exemplo. Enquanto vatapá e acarajé são pratos típicos baianos de origem africana, os habitantes do Cerrado consomem pequi, e a culinária tradicional paulista é fortemente influenciada pela culinária portuguesa e italiana.

Influências

• Influência europeia

A cultura europeia é uma das principais fornecedoras de elementos culturais para o Brasil. Foram os europeus que mais migraram para o país. Culinária, festas, músicas e literatura foram trazidas para o território brasileiro, fundindo-se com outros elementos de outros povos. Além da cultura popular dos países europeus, foi trazida também a cultura erudita, marca essencial das elites intelectuais e financeiras europeias.

• Influência indígena

Hoje nós consumimos pratos típicos indígenas, além de incorporarmos em nosso vocabulário palavras oriundas da família linguística tupi-guarani. Palavras como caju, acerola, guaraná, mandioca e açaí têm origem indígena, além do hábito alimentar que desenvolvemos comendo esses frutos e da mandioca ter nascido na cultura indígena antes da chegada dos portugueses.

• Influência africana

Os africanos trouxeram para o Brasil as suas práticas religiosas expressas hoje, principalmente, pelo candomblé e pela umbanda, que mistura elementos do candomblé com o espiritismo kardecista. Também trouxeram pratos típicos de suas regiões e desenvolveram aqui pratos com inspiração naquilo que compunha a culinária africana dos locais de onde vieram. Outra marca cultural que herdamos dos africanos é a capoeira, praticada até os dias atuais.

Cultura brasileira atual

Atualmente, a cultura brasileira sofre diversas influências além daquelas raízes apontadas no tópico anterior. A cultura brasileira atual é influenciada fortemente pelos elementos da indústria cultural. Além desses fatores, existem outros oriundos da cultura produzida nas periferias, que não necessariamente são frutos da indústria cultural.

Hoje, podemos elencar o hip hop e o funk como elementos que impulsionam a cultura brasileira atual, para além da cultura de massa produzida pela indústria cultural. Nesses casos, podemos relacionar esses elementos a uma cultura autêntica, produzida pela periferia e para a periferia, sendo muitas vezes confundidos com os elementos da indústria cultural ou incorporado por eles.

Alguns elementos culturais do século XX também resistem e colocam-se como fatores que ainda influenciam a cultura brasileira atual, como o carnaval, que movimenta grande parte da população brasileira entre nos meses de fevereiro e março de cada ano.

Diversidade Cultural no Brasil

A diversidade cultural refere-se aos diferentes costumes de uma sociedade, entre os quais podemos citar: vestimenta, culinária, manifestações religiosas, tradições, entre outros aspectos. O Brasil, por conter um extenso território, apresenta diferenças climáticas, econômicas, sociais e culturais entre as suas regiões.

Os principais disseminadores da cultura brasileira são os colonizadores europeus, a população indígena e os escravos africanos. Posteriormente, os imigrantes italianos, japoneses, alemães, poloneses, árabes, entre outros, contribuíram para a pluralidade cultural do Brasil.

Nesse contexto, alguns aspectos culturais das regiões brasileiras serão abordados.

Região Nordeste

Entre as manifestações culturais da região estão danças e festas como o bumba meu boi, maracatu, caboclinhos, carnaval, ciranda, coco, terno de zabumba, marujada, reisado, frevo, cavallhada e capoeira. Algumas manifestações religiosas são a festa de lemanjá e a lavagem das escadarias do Bonfim. A literatura de Cordel é outro elemento forte da cultura nordestina. O artesanato é representado pelos trabalhos de rendas. Os pratos típicos são: carne de sol, peixes, frutos do mar, buchada de bode, sarapatel, acarajé, vatapá, cururu, feijão-verde, canjica, arroz-doce, bolo de fubá cozido, bolo de massa de mandioca, broa de milho verde, pamonha, cocada, tapioca, pé de moleque, entre tantos outros.

Região Norte

A quantidade de eventos culturais do Norte é imensa. As duas maiores festas populares do Norte são o Círio de Nazaré, em Belém (PA); e o Festival de Parintins, a mais conhecida festa do boi-bumbá do país, que ocorre em junho, no Amazonas. Outros elementos culturais da região Norte são: o carimbó, o congo ou congada, a folia de reis e a festa do divino.

A influência indígena é fortíssima na culinária do Norte, baseada na mandioca e em peixes. Outros alimentos típicos do povo nortista são: carne de sol, tucupi (caldo da mandioca cozida), tacacá (espécie de sopa quente feita com tucupi), jambu (um tipo de erva), camarão seco e pimenta-de-cheiro.

Região Centro-Oeste

A cultura do Centro-Oeste brasileiro é bem diversificada, recebendo contribuições principalmente dos indígenas, paulistas, mineiros, gaúchos, bolivianos e paraguaios. São manifestações culturais típicas da região: a cavallhada e o fogaréu, no estado de Goiás; e o cururu, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A culinária regional é composta por arroz com pequi, sopa paraguaia, arroz careteiro, arroz boliviano, maria-isabel, empadão goiano, pamonha, angu, cural, os peixes do Pantanal - como o pintado, pacu, dourado, entre outros.

Região Sudeste

Os principais elementos da cultura regional são: festa do divino, festejos da páscoa e dos santos padroeiros, congada, cavallhadas, bumba meu boi, carnaval, peão de boiadeiro, dança de velhos, batuque, samba de lenço, festa de lemanjá, folia de reis, caiapó.

A culinária do Sudeste é bem diversificada e apresenta forte influência do índio, do escravo e dos diversos imigrantes europeus e asiáticos. Entre os pratos típicos se destacam a moqueca capixaba, pão de queijo, feijão-tropeiro, carne de porco, feijoada, aipim frito, bolinho de bacalhau, picadinho, virado à paulista, cuscuz paulista, farofa, pizza, etc.

Região Sul

O Sul apresenta aspectos culturais dos imigrantes portugueses, espanhóis e, principalmente, alemães e italianos. As festas típicas são: a Festa da Uva (italiana) e a Oktoberfest (alemã). Também integram a cultura sulista: o fandango de influência portuguesa, a tirana e o ano de origem espanhola, a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, a congada, o boi-de-mamão, a dança de fitas, boi na vara. Na culinária estão presentes: churrasco, chimarrão, camarão, pirão de peixe, marreco assado, barreado (cozido de carne em uma panela de barro), vinho.

Diversidade é a marca da cultura catarinense

Os casarões portugueses do Litoral, a arquitetura em estilo enxaimel no Vale do Itajaí e no Norte do Estado e as tradições italianas ainda fortes no Oeste são exemplos concretos da diversidade cultural catarinense, hoje enriquecida com a soma de novos sotaques e costumes daqueles que escolheram Santa Catarina para viver. Para proteger essa riqueza, o circuito cultural catarinense é composto por dezenas de conjuntos arquitetônicos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ou pelo Estado e pelos municípios. Além do patrimônio arquitetônico e artístico, há também os acervos nos museus.

Há conjuntos históricos que representam outras etnias europeias que também participaram, em menor escala, da colonização do Estado. A cidade de Treze Tílias, no Meio-Oeste, foi fundada por imigrantes austríacos vindos da região do Tirol e parece uma vila típica saída dos Alpes. Outros dois grupos étnicos com contribuições arquitetônicas que merecem destaque são os poloneses e os ucranianos.

Com a função de resgate dessa rica história, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) administra ainda a Casa da Alfândega e o Museu Histórico de Santa Catarina (em Florianópolis), o Museu Etnográfico Casa dos Açores (em Biguaçu), o Museu Casa de Campo Governador Hercílio Luz (em Rancho Queimado) e o Museu Nacional do Mar (em São Francisco do Sul).

Mas há espaços, também, para a promoção das novas expressões culturais catarinenses. Para isso, a FCC tem sob sua responsabilidade o Teatro Álvaro de Carvalho (TAC), o Teatro Governador Pedro Ivo e o complexo cultural do Centro Integrado de Cultura (CIC), todos na Capital.

Outra frente de divulgação da cultura catarinense são eventos consagrados no Estado, como o Circuito das Festas de Outubro, liderado pela Oktoberfest, de Blumenau; o Festival de Dança de Joinville; a Festa do Pinhão, em Lages; e a festa do Divino Espírito Santo, uma tradição secular transmitida pelos açorianos e hoje celebrada principalmente na Ilha de Santa Catarina e nos municípios litorâneos.

Cultura de TUNAPOLIS-SC

O setor de cultura tem por objetivo preservar os valores tradicionais da nossa população, bem como, dialogar com as inovações culturais da contemporaneidade, dessa forma, atua de forma articulada com a secretaria da educação. O Setor atua no fortalecimento de diversos segmentos, como biblioteca pública, museu, danças folclóricas e danças coreográficas, patinação artística, canto coral, aulas de música de diversos instrumentos musicais e banda municipal.

Destacamos ainda, a instituição da Semana de Incentivo à Leitura e Cultura na terceira semana de novembro, que visa fortalecer o hábito da leitura através de feira do livro e da aquisição de títulos, estimula a expressão por meio do canto com o festival da canção estudantil, apresenta a literatura estrangeira através da contação de história em língua estrangeira Alemão e Inglês, fortalece o artesanato local com a feira do artesanato. Além disso, temos apresentação de espetáculos literários e festa do músico maquiagem artística.

História Geral

A Pré-História ainda não foi completamente reconstruída, pois faltam muitos elementos que possam permitir que ela seja estudada de uma forma mais profunda. Isso ocorre devido à imensa distância que nos separa desse período, até porque muitas fontes históricas desapareceram pela ação do tempo e outras ainda não foram descobertas pelos estudiosos.

Nesse trabalho, o historiador precisa da ajuda de outras ciências de investigação, como a arqueologia, que estuda as antiguidades, a antropologia, que estuda os homens, e a paleontologia,

que estuda os fósseis dos seres humanos. Tais ciências estudam os restos humanos, sendo que, a cada novo achado, podem ocorrer mudanças no que se pensava anteriormente. Assim, podemos afirmar que a Pré-História está em constante processo de investigação.

A Pré-História está dividida em 3 períodos:

- Paleolítico (ou Idade da Pedra Lascada) vai da origem do homem até aproximadamente o ano 8.000 a.C, quando os humanos dominam a agricultura.

- Neolítico (ou Idade da Pedra Polida) vai de 8.000 a.C. até 5.000 a.C, quando surgem as primeiras armas e ferramentas de metal, especialmente o estanho, o cobre e o bronze.

- Idade dos Metais que vai de 5.000 até aproximadamente 4.000 a.C. quando surgiu a escrita.

- O Neolítico

É no Neolítico que o homem domina a agricultura e torna-se sedentário. Com o domínio da agricultura, o homem buscou fixar-se próximo às margens dos rios, onde teria acesso à água potável e a terras mais férteis. Nesse período, a produção de alimentos, que antes era destinada ao consumo imediato, tornou-se muito grande, o que levou os homens a estocarem alimentos. Conseqüentemente a população começou a aumentar, pois agora havia alimentos para todos. Começaram a surgir as primeiras vilas e, depois, as cidades. A vida do homem começava a deixar de ser simples para tornar-se complexa. Sendo necessária a organização da sociedade que surgia.

Para contabilizar a produção de alimentos, o homem habilmente desenvolveu a escrita. No início a escrita tinha função contábil, ou seja, servia para contar e controlar a produção dos alimentos.

As grandes civilizações

As grandes civilizações que surgiram no período conhecido como Antiguidade foram as grandes precursoras de culturas e patrimônio que hoje conhecemos.

Estas grandes civilizações surgiram, de um modo geral, por causa das tribos nômades que se estabeleceram em um determinado local onde teriam condições de desenvolver a agricultura. Assim, surgiram as primeiras aldeias organizadas e as primeiras cidades, dando início às grandes civilizações.

Estas civilizações surgiram por volta do quarto milênio a.C. com a característica principal de terem se desenvolvido às margens de rios importantes, como o rio Tigre, o Eufrates, o Nilo, o Indo e do Huang He ou rio Amarelo.

A Mesopotâmia é considerada o berço da civilização. Esta região foi habitada por povos como os Acádios, Babilônios, Assírios e Caldeus. Entre as grandes civilizações da Antiguidade, podemos citar ainda os fenícios, sumérios, os chineses, os gregos, os romanos, os egípcios, entre outros.

Mesopotâmia: o berço da civilização

As grandes civilizações e suas organizações

As primeiras civilizações se formaram a partir de quando o homem descobriu a agricultura e passou a ter uma vida mais sedentária, por volta de 4.000 a.C. Essas primeiras civilizações se formaram em torno ou em função de grandes rios: A Mesopotâmia estava ligada aos Rios Tigre e Eufrates, o Egito ao Nilo, a Índia ao Indo, a China ao Amarelo.

Foi no Oriente Médio que tiveram início as civilizações. Tempos depois foram se desenvolvendo no Oriente outras civilizações que, sem contar com o poder fertilizante dos grandes rios, ganharam características diversas. As pastoris, como a dos hebreus, ou as mercantis, como a dos fenícios. Cada um desses povos teve, além de uma rica história interna, longas e muitas vezes conflituosas relações com os demais.

Mesopotâmia

A estreita faixa de terra que localiza-se entre os rios Tigre e Eufrates, no Oriente Médio, onde atualmente é o Iraque, foi chamada na Antiguidade, de Mesopotâmia, que significa “entre rios” (do grego, meso = no meio; potamos = rio). Essa região foi ocupada, entre 4.000 a.C. e 539 a.C., por uma série de povos, que se encontraram e se misturaram, empreenderam guerras e dominaram uns aos outros, formando o que denominamos povos mesopotâmicos. Sumérios, babilônios, hititas, assírios e caldeus são alguns desses povos. Esta civilização é considerada uma das mais antigas da história.

Os sumérios (4000 a.C. – 1900 a.C.)

Foi nos pântanos da antiga Suméria que surgiram as primeiras cidades conhecidas na região da Mesopotâmia, como Ur, Uruk e Nipur.

Os povos da Suméria enfrentaram muitos obstáculos naturais. Um deles era as violentas e irregulares cheias dos rios Tigre e Eufrates. Para conter a força das águas e aproveitá-las, construíram diques, barragens, reservatórios e também canais de irrigação, que conduziam as águas para as regiões secas.

Atribui-se aos Sumérios o desenvolvimento de um tipo de escrita, chamada cuneiforme, que inicialmente, foi criada para registrar transações comerciais.

A escrita cuneiforme – usada também pelos sírios, hebreus e persas – era uma escrita ideográfica, na qual o objeto representado expressava uma ideia, dificultando a representação de sentimento, ações ou ideias abstratas, com o tempo, os sinais pictóricos converteram-se em um sistema de sílabas. Os registros eram feitos em uma placa de argila mole. Utilizava-se para isso um estilete, que tinha uma das pontas em forma de cunha, daí o nome de escrita cuneiforme.

Quem decifrou esta escrita foi Henry C. Rawlinson, através das inscrições da Rocha de Behistun. Na mesma época, outro tipo de escrita, a hieroglífica desenvolvia-se no Egito.

Os babilônios

Na sociedade suméria havia escravidão, porém o número de escravos era pequeno. Grupos de nômades, vindos do deserto da Síria, conhecidos como Acadianos, dominaram as cidades-estados da Suméria por volta de 2300 a.C.

Os povos da Suméria destacaram-se também nos trabalhos em metal, na lapidação de pedras preciosas e na escultura. A construção característica desse povo é a zigurate, depois copiada pelos povos que se sucederam na região. Era uma torre em forma de pirâmide, composta de sucessivos terraços e encimada por um pequeno templo.

Os Sumérios eram politeístas e faziam do culto aos deuses uma das principais atividades a desempenhar na vida. Quando interrompiam as orações deixavam estatuetas de pedra diante dos altares para rezarem em seu nome.

Dentro dos templos havia oficinas para artesãos, cujos produtos contribuíam para a prosperidade da Suméria.

Os sumérios merecem destaque também por terem sido os primeiros a construir veículos com rodas. As cidades sumérias eram autônomas, ou seja, cada qual possuía um governo independente. Apenas por volta de 2330 a.C., essas cidades foram unificadas.

O processo de unificação ocorreu sob comando do rei Sargão I, da cidade de Acad. Surgiu assim o primeiro império da região.

O império construído pelos acades não durou muito tempo. Pouco mais de cem anos depois, foi destruído por povos inimigos.

Os babilônios (1900 a. C – 1600 a.C.)

Os babilônios estabeleceram-se ao norte da região ocupada pelos sumérios e, aos poucos, foram conquistando diversas cidades da região mesopotâmica. Nesse processo, destacou-se o rei Hamurabi, que, por volta de 1750 a.C., havia conquistado toda a Mesopotâmia, formando um império com capital na cidade de Babilônia.

Hamurabi impôs a todos os povos dominados uma mesma administração. Ficou famosa a sua legislação, baseada no princípio de talião (olho por olho, dente por dente, braço por braço, etc.) O Código de Hamurabi, como ficou conhecido, é um dos mais antigos conjuntos de leis escritas da história. Hamurabi desenvolveu esse conjunto de leis para poder organizar e controlar a sociedade. De acordo com o Código, todo criminoso deveria ser punido de uma forma proporcional ao delito cometido.

Os babilônios também desenvolveram um rico e preciso calendário, cujo objetivo principal era conhecer mais sobre as cheias do rio Eufrates e também obter melhores condições para o desenvolvimento da agricultura. Excelentes observadores dos astros e com grande conhecimento de astronomia, desenvolveram um preciso relógio de sol.

Além de Hamurabi, um outro imperador que se tornou conhecido por sua administração foi Nabucodonosor, responsável pela construção dos Jardins suspensos da Babilônia, que fez para satisfazer sua esposa, e a Torre de Babel. Sob seu comando, os babilônios chegaram a conquistar o povo hebreu e a cidade de Jerusalém.

Após a morte de Hamurabi, o império Babilônico foi invadido e ocupado por povos vindos do norte e do leste.

Hititas e assírios

Os hititas (1600 a. C – 1200 a.C.)

Os Hititas foram um povo indo-europeu, que no 2º milênio a.C. fundaram um poderoso império na Anatólia Central (atual Turquia), região próxima da Mesopotâmia. A partir daí, estenderam seus domínios até a Síria e chegaram a conquistar a Babilônia.

Provavelmente, a localização de sua capital, Hatusa, no centro da Ásia Menor, contribuiu para o controle das fronteiras do Império Hitita.

Essa sociedade legou-nos os mais antigos textos escritos em língua indo-europeia. Essa língua deu origem à maior parte dos idiomas falados na Europa. Os textos tratavam de história, política, legislação, literatura e religião e foram gravados em sinais cuneiformes sobre tábuas de argila.

Os Hititas utilizavam o ferro e o cavalo, o que era uma novidade na região. O cavalo deu maior velocidade aos carros de guerra, construídos não mais com rodas cheias, como as dos sumérios, mas rodas com raios, mais leves e de fácil manejo.

O exército era comandado por um rei, que também tinha as funções de juiz supremo e sacerdote. Na sociedade hitita, as rainhas dispunham de relativo poder.

No aspecto cultural podemos destacar a escrita hitita, baseada em representações pictográficas (desenhos). Além desta escrita hieroglífica, os hititas também possuíam um tipo de escrita cuneiforme.

Assim como vários povos da antiguidade, os hititas seguiam o politeísmo (acreditavam em várias divindades). Os deuses hititas estavam relacionados aos diversos aspectos da natureza (vento, água, chuva, terra, etc).

Em torno de 1200 a.C., os hititas foram dominados pelos assírios, que, contando com exércitos permanentes, tinham grande poderio militar.

A queda deste império dá-se por volta do século 12 a.C.

Os assírios (1200 a. C – 612 a.C.)

Os assírios habitavam a região ao norte da babilônia e por volta de 729 a.C. já haviam conquistado toda a Mesopotâmia. Sua capital, nos anos mais prósperos, foi Nínive, numa região que hoje pertence ao Iraque.

Este povo destacou-se pela organização e desenvolvimento de uma cultura militar. Encaravam a guerra como uma das principais formas de conquistar poder e desenvolver a sociedade. Eram ex-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

1.	Bncc (Base Nacional Comum Curricular)	01
2.	Alfabetização No Método Fonético Currículo No Ciclo De Alfabetização: Princípios Gerais, Concepções De Alfabetização: O Que Ensinar No Ciclo De Alfabetização, Direitos De Aprendizagem No Ciclo De Alfabetização, O Acompanhamento Da Aprendizagem Das Crianças: Sugestão De Instrumento De Registro Da Aprendizagem Planejamento Do Ensino: Alfabetização E Ensino/Aprendizagem Do Componente Curricular Língua Portuguesa.as Rotinas Da Escola E Da Sala De Aula: Referências Para A Organização Do Trabalho Do Professor Alfabetizador. A Escrita Alfabética: Por Que Ela É Um Sistema Notacional E Não Um Código? Como As Crianças Dela Se Apropriam? O Ensino Do Sistema De Escrita Alfabética: Por Que Vale A Pena Promover Algumas Habilidades De Consciência Fonológica?. Os Diferentes Textos A Serviço Da Perspectiva Do Alfabetizar Letrando. Relatando Experiências: A Diversidade Textual Em Sala De Aula. Heterogeneidade E Direitos De Aprendizagem Na Alfabetização: Os Diferentes Percursos Dos Estudantes Ciclo De Alfabetização E Progressão Escolar	17
3.	Avaliação E Organização Do Trabalho Docente: A Importância Dos Registros.	41
4.	Planejando O Ensino Para Todos: Diversificação No Trabalho Docente	49
5.	Ampliando Um Pouco Mais O Trabalho: Os Diversos Textos E Suas Relações Com As Áreas De Conhecimento	54

BNCC (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR)

A Base Nacional Comum Curricular

É um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.

Entenda as principais mudanças da BNCC

A grande mudança proposta pela BNCC na Educação Infantil está na definição de seis direitos fundamentais para as crianças de 0 a 5 anos:

1. conviver;
2. brincar;
3. participar;
4. explorar;
5. expressar;
6. conhecer-se.

Esses pontos serão melhor definidos mais adiante. Além disso, outros tópicos sofreram modificações e devem ser analisados para uma melhor aplicação da BNCC na Educação Infantil.

Alfabetização até o segundo ano

Antes, a alfabetização era prevista até o terceiro ano. Hoje, a estimativa é que se tenha alunos alfabetizados mais cedo. Essa medida tem como objetivo deixar a educação mais igualitária. Dessa forma, todos os alunos podem estar no mesmo nível básico de ensino.

Entretanto, o modelo ainda divide pais e professores. Quem não concorda justifica que o processo de aprendizado varia de criança para criança. Por isso, é importante resguardar o direito ao desenvolvimento natural de aquisição do conhecimento.

Predileção às ciências exatas

A BNCC na Educação Infantil tende ao fortalecimento das ciências exatas em relação às humanas. Isso acontece porque os alunos são mais incentivados a estudar gráficos, tabelas e a criar bancos de dados.

Além disso, o ensino da história, por exemplo, passa a ser na ordem cronológica dos fatos, em vez de ser apresentado como processos sociais interconectados. O ensino religioso, por sua vez, deixou de ser obrigatório e tornou-se optativo. Nesse contexto, cada escola pode escolher inseri-lo ou não em seus currículos.

Questões de gênero

Discussões acerca de temas como orientação sexual e identidade de gênero foram excluídas do currículo. Mesmo com a retirada dessas pautas, o MEC ainda se mostra aberto a debates acerca da alteridade e das pluralidades identitárias.

Mudança conceitual

Os campos de experiências da BNCC promovem uma mudança conceitual no currículo da Educação Infantil. Para a nova base, a criança não é mais apenas uma receptora das mensagens transmitidas pelos adultos, mas também é capaz de produzir cultura.

Nesse sentido, as propostas são a base estrutural pedagógica que devem guiar as escolas com os fundamentos necessários para cada etapa. Assim, a organização curricular está estruturada em cinco campos de experiência, que se baseiam nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

O eu, o outro e o nós

O convívio com outras pessoas faz as crianças constituírem uma maneira própria de agir, pensar e sentir. Elas passam a entender que existem outros modos de vida e pontos de vista diferentes.

Ao mesmo tempo, elas podem construir sua autonomia e senso de reciprocidade, autocuidado e interdependência com o meio. Dessa forma, o ideal é criar oportunidades para que os pequenos entrem em contato com outros grupos sociais e culturais.

Durante essas experiências, elas podem desenvolver a forma de perceber a si mesmas e ao outro. Assim, passam a valorizar a sua própria identidade sem desrespeitar os outros e reconhecendo as diferenças que nos representam como seres humanos.

Corpo, gestos e movimentos

Desde cedo, as crianças conseguem explorar o mundo, o espaço e os objetos por meio do corpo, com os sentidos, gestos e movimentos. Assim, elas estabelecem relações, brincam, se expressam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro e sobre o universo cultural e social.

Por meio das diferentes formas de expressão, como a dança, a música, o teatro e as brincadeiras de faz de conta, elas se expressam e se comunicam tanto com a linguagem quanto com o corpo e com as emoções.

Nesse campo de experiência, o corpo da criança ganha centralidade. Assim, a escola deve promover oportunidades para que ela possa explorar e vivenciar um amplo espectro de possibilidades.

Traços, sons, cores e formas

As crianças podem vivenciar experiências diversificadas, além de várias formas de linguagens e expressões, por meio do contato com diferentes manifestações culturais, artísticas e científicas no cotidiano da escola.

Essas experiências colaboram para que, desde muito cedo, os pequenos desenvolvam senso crítico e estético. Além disso, elas aprimoram o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade na qual estão inseridas.

Assim, a Educação Infantil precisa possibilitar a participação das crianças em produções que envolvem música, dança, teatro, artes visuais e audiovisual. O objetivo é favorecer o desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade e da expressão pessoal.

Escuta, fala, pensamento e imaginação

Durante a Educação Infantil, é necessário estimular os pequenos a ouvir e a falar, por meio de experiências que potencializam sua participação na cultura oral.

É escutando histórias, participando de conversas e ouvindo narrativas em múltiplas linguagens que a criança se estabelece ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social.

O contato com a literatura infantil proposto e mediado pelo educador contribui para o desenvolvimento do gosto pela leitura, além de estimular a imaginação e ampliar o conhecimento de mundo. Ainda nesse sentido, a imersão na cultura escrita deve partir das curiosidades e dos conhecimentos prévios.

O contato com fábulas, contos, histórias e poemas, entre outros, também propicia a familiaridade com os livros e com os diferentes gêneros literários. Nesse convívio, as crianças vão desenvolvendo hipóteses sobre a escrita, que se apresentam, inicialmente, em forma de rabiscos.

Isso faz com que elas, aos poucos, conheçam as letras do alfabeto, mesmo que em caligrafias não convencionais e espontâneas. Porém, isso já indica sua compreensão da escrita como forma de comunicação e representação da língua.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

As crianças estão inseridas em tempos e espaços de dimensões diferentes e sempre procuram se situar, seja em casas, ruas e bairros ou em entender o que é noite, dia, hoje ou ontem.

Elas também demonstram curiosidades sobre o mundo físico, como seu próprio corpo, os animais, as plantas, os fenômenos climáticos e as transformações da natureza. O mesmo ocorre com o mundo sociocultural e a busca para entender as relações sociais e de parentesco entre as pessoas conhecidas.

Portanto, a Educação Infantil deve fornecer experiências nas quais as crianças façam suas próprias observações, manipulem objetos, investiguem e explorem seu entorno, levantem hipóteses e consultem fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades.

Veja qual é o papel dos professores na BNCC

O professor é o principal agente de aplicação da BNCC na Educação Infantil. Os profissionais encontrarão uma série de desafios e deverão aprender a desenvolver as competências do aluno, além de colocar a pedagogia diferenciada em prática e garantir todos os direitos de aprendizagem.

Para isso, o primeiro passo é capacitar os docentes. Sem a formação continuada, a BNCC não será concretizada. Porém, algumas questões ainda precisam ser respondidas, entre elas: como preparar os professores? Como fazer a implementação de forma igualitária?

Se quem está ensinando não souber sobre o que está falando, não será possível transmitir o conhecimento de forma correta para os alunos. Como existem profissionais em fase inicial e outros com anos de carreira, a melhor maneira de falar com pessoas tão distintas é mapeando as dificuldades individuais.

A formação dos docentes precisa estar atenta às demandas do século XXI e às necessidades dos alunos. Isso corresponde a receber uma formação contextualizada e que prioriza o protagonismo estudantil.

Atualmente, o professor não é mais apenas aquele que leciona. É importante saber dialogar com o aluno que, por sua vez, também ensina enquanto aprende. Assim, ele se torna corresponsável por um processo em que todos se beneficiam.

Dessa forma, a formação dos professores voltada inteiramente para as aulas expositivas deve ser aposentada. Nesse contexto, o foco deve ser na aprendizagem por meio de experiências práticas, pesquisas e pelo envolvimento com a família.

Para o mediador entrar em cena, ou seja, aquele que mostra caminhos, auxilia e orienta, deixando que o aluno trilhe a sua própria via na construção do conhecimento, é preciso que o professor na educação infantil se reinvente.

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) elaborou um documento que orienta para o aprimoramento das políticas voltadas à formação continuada de professores, visando a implementação dos currículos adaptados à BNCC.

Para tal fim, é necessário entender quais são as reais necessidades dos educadores e como eles já estão contribuindo para a nova formação das crianças.

BNCC - competências gerais

A BNCC definiu 10 competências gerais que são associações de conhecimentos de acordo com os princípios estéticos, políticos e éticos, com o objetivo de promover a formação humana em suas múltiplas dimensões.

Com isso, o ensino passa a perpetuar uma comunicação integral, mobilizando conhecimentos, valores, atitudes e habilidades para preencher as demandas do cotidiano. Assim, o crescimento do aluno como cidadão é incentivado.

Conheça cada uma das competências previstas e entenda como elas podem ser desenvolvidas nas escolas.

Conhecimento

Visa valorizar e utilizar o entendimento sobre o mundo físico, digital, social e cultural. Assim, é possível entender e explicar a realidade, além de continuar aprendendo e contribuindo com a sociedade.

Como incentivo ao desenvolvimento dessa competência, a escola pode incentivar a curiosidade, a vontade de aprender e relacionar o conhecimento com aplicações práticas.

Pensamento científico, crítico e criativo

Se refere a exercitar a curiosidade intelectual e a usar as ciências com criatividade e criticidade para averiguar causas, preparar e testar hipóteses, formular problemas e desenvolver soluções.

O foco do incentivo, aqui, está na mobilização para conquistar novas habilidades e desenvolver o processo cognitivo, como a memória, a atenção, a percepção e o raciocínio. Assim, o aluno investiga sobre o assunto e apresenta soluções com o conhecimento adquirido.

Repertório cultural

Essa competência objetiva valorizar as diversas manifestações culturais e artísticas para aproveitar e participar de práticas variadas dessas produções.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

As escolas devem, então, promover uma maior consciência multicultural, com incentivo à experimentação e à curiosidade. Dessa maneira, o aluno pode se expressar com a arte, compreender sua identidade e desenvolver senso de pertencimento.

Comunicação

Permite usar diferentes linguagens para expressar e compartilhar informações, ideias, experiências e sentimentos. A partir dessa competência, o aluno é capaz de produzir sentidos que levam ao entendimento mútuo.

Para isso, é importante promover o domínio de diferentes conjuntos da comunicação, da linguagem e do letramento, promovendo momentos de escuta e de fala, de forma que a criança se manifeste com interesse, respeito e curiosidade.

Cultura digital

Se refere a compreender, criar e utilizar tecnologias digitais de maneira crítica, significativa e ética. Assim, é possível que o aluno se comunique, acesse e produza informações e conhecimentos, resolva problemas e exerça seu protagonismo.

Nesse sentido, cabe à escola promover o contato com ferramentas digitais, linguagens de programação e produção multimídia. É importante que tudo seja feito de forma ética.

Trabalho e Projeto de Vida

A sexta competência pretende que o aluno aprenda a valorizar e a apropriar-se de experiências e conhecimentos para compreender o mundo do trabalho e tomar decisões mais alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida.

Tudo isso com criticidade, liberdade, autonomia e responsabilidade. O incentivo dessa habilidade inclui permitir a compreensão sobre o valor do esforço e desenvolver capacidades como autoavaliação e determinação.

Argumentação

Aprender a argumentar com base em dados, fatos e informações confiáveis é fundamental para a vida social. Isso permite formular, negociar e defender pontos de vista, ideias e decisões comuns.

A escola pode conscientizar sobre modos de expressão e incentivar o reconhecimento de pontos de vista diferentes, por meio de debates e rodas de conversa. Sempre com base nos direitos humanos, consumo responsável, consciência socioambiental e ética.

Autoconhecimento e autocuidado

O oitavo ponto é referente a conhecer-se e compreender-se na grande diversidade humana e, a partir do seu entendimento como indivíduo, aprender a apreciar a si mesmo.

O objetivo é gostar de cuidar da própria saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, mantendo a autocrítica.

O incentivo vem do reconhecimento dos sentimentos e das emoções e como eles influenciam em suas atitudes. O ambiente escolar precisa desenvolver as habilidades emocionais individuais para formar cidadãos mais equilibrados e seguros.

Empatia e cooperação

O exercício da empatia, do diálogo, da cooperação e da resolução de conflitos serve para propagar o respeito e promover o apreço ao outro e aos direitos humanos. Tudo isso deve ocorrer com o acolhimento e com a valorização da diversidade, sem qualquer tipo de preconceito.

A escola deve, então, incentivar o diálogo e a atuação do interlocutor como mediador de conflitos e acolhedor da perspectiva do outro, sempre se colocando no lugar do colega.

Responsabilidade e cidadania

A última competência se refere a como agir pessoal e coletivamente com responsabilidade, autonomia, resiliência, flexibilidade e determinação, para tomar decisões com base em princípios democráticos, éticos, inclusivos, solidários e sustentáveis.

A sala de aula pode ser um ambiente que expõe problemas atuais e promove a participação ativa na avaliação e resolução dessas questões, considerando desafios como interesses individuais e valores conflitantes.

Saiba como garantir os direitos de aprendizagem em seus alunos

Outro grande desafio para as escolas é efetivar cada um dos seis direitos de aprendizagem definidos pela BNCC na Educação Infantil. Entenda, a seguir, o que diz cada um deles e como o educador pode trabalhar em sala de aula.

Conviver

Direito de conviver com outros indivíduos, em pequenos e grandes grupos, usando diferentes linguagens e aumentando o conhecimento de si e do outro. É importante manter o respeito em relação às diferenças pessoais e culturais.

Para isso, a escola pode oferecer situações em que as crianças consigam interagir e brincar com os colegas. Jogos, por exemplo, promovem oportunidades de convívio nas quais é necessário respeitar regras.

Brincar

Brincar diariamente, em diferentes formas, espaços e tempos, com vários companheiros, amplia e diversifica o acesso dos pequenos às produções culturais.

Além disso, as brincadeiras desenvolvem a imaginação, os conhecimentos, a criatividade, as experiências corporais, sociais, emocionais, sensoriais, cognitivas e relacionais.

Para garantir esse direito, as recreações devem estar presentes na rotina da criança. Elas precisam ser variadas e planejadas, acontecendo em espaços abertos e fechados, em pequenos e grandes grupos, assim por diante.

Dessa forma, os alunos também constroem a autonomia e escolhem suas atividades favoritas, criam as próprias regras, inventam desafios e brincam livremente.

Participar

A BNCC diz que é importante para o aluno participar ativamente, com outras crianças e outros adultos, tanto do planejamento da gestão escolar e das atividades de aprendizado infantil sugeridas pelo professor quanto da realização das ações da vida cotidiana.

Isso inclui envolver-se com a escolha dos materiais, das brincadeiras e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e produzindo conhecimento, se posicionando e tomando decisões.

Uma boa forma de garantir esse direito é propondo a construção de casinhas de brinquedo. O educador pode planejar como ela será montada, separar os materiais e pedir para os alunos que a construam. Isso permite que eles decidam a estrutura, a cor, e assim por diante.

Explorar

Explorar gestos, movimentos, formas, sons, texturas, palavras, cores, transformações, histórias, relacionamentos, emoções, elementos da natureza e objetos, dentro e fora da escola, amplia os saberes sobre a cultura.

Isso ocorre em suas diferentes modalidades: na escrita, nas artes, na tecnologia e na ciência. Para isso, é essencial permitir que os pequenos explorem os materiais sozinhos.

Expressar

A BNCC na Educação Infantil diz que a criança tem o direito de expressar, como sujeito criativo, dialógico e sensível, suas emoções, necessidades, dúvidas, sentimentos, descobertas, hipóteses, questionamentos e opiniões — novamente, por meio de diferentes linguagens.

Assim, a escola pode promover momentos de fala em rodas de conversa para que os pequenos tenham esse direito garantido. Outra opção é criar assembleias e conselhos em que eles possam votar e argumentar sobre decisões que afetam o coletivo.

Conhecer-se

Conhecer-se e construir sua identidade social, cultural e pessoal, criando uma imagem positiva de si e de seu grupo de pertencimento, nas diversas experiências e interações vivenciadas dentro e fora do ambiente escolar.

Boa parte das práticas ajudam a garantir esse direito, mas novas ações estratégicas podem ser pensadas. Para os bebês, por exemplo, é possível deixá-los em frente a espelhos para que se observem.

Como é possível perceber, é muito importante que a escola vá além dos conteúdos básicos e efetive uma proposta voltada para uma formação humana com cidadania e ética. Para isso, é necessário adaptar e inserir temas conectados às necessidades da sociedade atual no contexto educacional.

Os impactos da BNCC na Educação Infantil serão profundos e positivos, especialmente no que diz respeito à normalização dos assuntos ministrados. Dessa forma, o ensino tende a se tornar mais humanizado e mais relacionado com as demandas das gerações atuais.¹

1. INTRODUÇÃO A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que

visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

¹Fonte: www.educacaoinfantil.aix.com.br

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)³, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários

Os marcos legais que embasam a BNCC

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Para atender a tais finalidades no âmbito da educação escolar, a Carta Constitucional, no Artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

Nesse artigo, a LDB deixa claros dois conceitos decisivos para todo o desenvolvimento da questão curricular no Brasil. O primeiro, já antecipado pela Constituição, estabelece a relação entre o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos. O segundo se refere ao foco do currículo. Ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. Essas são duas noções fundantes da BNCC.

A relação entre o que é básico-comum e o que é diverso é retomada no Artigo 26 da LDB, que determina que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

Essa orientação induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, que foi o norte das diretrizes curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000.

Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/20106.

Em 2014, a Lei nº 13.005/20147 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos

e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, consoante aos marcos legais anteriores, o PNE afirma a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (meta 7), referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Em 2017, com a alteração da LDB por força da Lei nº 13.415/2017, a legislação brasileira passa a utilizar, concomitantemente, duas nomenclaturas para se referir às finalidades da educação:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...]

Art. 36. § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 20178; ênfases adicionadas).

Trata-se, portanto, de maneiras diferentes e intercambiáveis para designar algo comum, ou seja, aquilo que os estudantes devem aprender na Educação Básica, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los.

Os fundamentos pedagógicos da BNCC

Foco no desenvolvimento de competências

O conceito de competência, adotado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35).

Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos¹⁰. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês)¹¹, e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol)¹².

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências.

Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC.